



IMPLANTAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA EM ASSENTAMENTO DO MST COMO PRÁTICA DE COMUNICAÇÃO POPULAR

Eduardo Luis Mathias Medeiros¹

RESUMO: Este estudo tem por finalidade demonstrar o processo de implantação de uma rádio comunitária em um assentamento do MST. O trabalho enfoca o processo de implantação de um veículo de comunicação popular, a partir de encontros que proporcionaram momentos de reflexões, onde o facilitador levou até os assentados toda a forma e aprendizado, para a elaboração de seu próprio veículo de comunicação popular e, com eles, aprendeu a construir um projeto de forma democrática. A ideia é criar um veículo em que os assentados possam expressar suas opiniões sobre o que consideram importantes. Possibilitar a eles produzir suas próprias notícias, colocando-as em circulação, trazendo, com isto, respeito e autoestima. Para esta análise foram utilizados revisão bibliográfica, artigos publicados em revistas eletrônicas, notícias de jornais e revistas e outras literaturas relacionadas ao tema e intervenções no local escolhido e entrevistas. Tenta-se mostrar neste estudo que o veículo de comunicação comunitária se constitui em instrumento capaz de fortalecer o sentimento de cidadania, de identidade e de pertencimento social junto à comunidade que o produz. As reuniões realizadas foram fundamentais para suscitar reflexão dos desdobramentos deste tipo de iniciativa na sociedade. O trabalho conclui que é possível desenvolver um projeto de comunicação comunitária com respeito, determinação e democracia, onde as pessoas participam de sua elaboração, planejamento, discussões, estudos e execução no atual estágio da sociedade contemporânea, marcada pela forte presença da mídia. Fica claro com esta pesquisa que a utilização dos instrumentos de dominação através da estrutura vertical imposta pelo sistema capitalista autoritário dificulta o diálogo de maneira plural.

PALAVRAS-CHAVE: *Rádio Comunitária; Comunicação Popular; Movimentos sociais.*

¹ Eduardo Luis Mathias Medeiros é jornalista, mestre em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO (UFMT) e especialista em Comunicação Popular e Comunitária (UEL). Atualmente é professor interino no curso de jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). E-mail: du_medeiros@msn.com

Introdução

Que mil rosas murchem, que mil transmissores floresçam.

(Rádio Xilik)

A atual conjuntura da sociedade contemporânea nos possibilita vários pontos para análise dos processos da comunicação popular na América Latina, em especial no Brasil, onde, historicamente, este tipo de comunicação, nasce a partir dos movimentos sociais e se desenvolve atrelada à educação popular. Esta nova comunicação que surgia através da dinâmica desses movimentos coletivos representava um grito de reivindicação por transformações na época e retratava um novo momento de um processo democrático nos veículos de comunicação, bem diferente do que existia até então na grande mídia.

Este artigo pretende colaborar com a construção de implantação de rádios comunitárias em assentamentos rurais a partir da prática da comunicação popular. O estudo é parte de uma pesquisa feita para obtenção do título de especialista em Comunicação Popular e Comunitária, pela Universidade Estadual de Londrina, onde se aplicou na prática princípios da comunicação popular em favor da implantação de um veículo de comunicação que servisse um assentamento do Pontal do Paranapanema, extremo sudoeste do Estado de São Paulo.

A experiência relatada aqui aconteceu no assentamento Rodeio, localizado no município de Presidente Bernardes. Alguns militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que moram no local tinham a intenção montar uma rádio comunitária, mas todas as ações anteriores realizadas na região falharam. A partir deste cenário, facilitador e comunidade interagiram em favor do processo de desenvolvimento deste projeto.

A proposta não foi a de constatar a eficácia ou não do veículo rádio comunitária (isto já está mais do que defendido por inúmeros pesquisadores), mas, sim, a de entender o processo e as possibilidades de implantação de um veículo de comunicação popular em favor da cidadania e desenvolvimento local de uma determinada comunidade.

Na região do Pontal do Paranapanema existem 99 assentamentos rurais, onde vivem cerca de 5.412 famílias. É a região com o maior número de assentamentos no estado e caracteriza como uma das mais importantes no país na luta pela terra.

Atualmente, a comunicação nos assentamentos do MST se depara com dificuldades e a maior parte da produção de revistas e jornais do movimento circula em suas sedes estaduais e regionais. Pouco do que é produzido chega aos assentamentos. E menores ainda, são os assentamentos que fazem uso de instrumentos da comunicação popular, como por exemplos, panfletos, informativos, boletins, jornais, rádios comunitárias e sites na Internet, para se informar e comunicar. Na região do Pontal do Paranapanema, dos 99 assentamentos, nenhum possui algum veículo de comunicação próprio para servir a comunidade.

Quando os trabalhadores estão acampados à espera de terra, o movimento consegue passar a sua ideologia e seu projeto de luta, com reuniões junto às lideranças. Porém, quando os camponeses adquirem seus lotes de terra esse contato geralmente se perde. Encontra-se aí um desafio sobre o qual o MST não descobriu uma solução: a consolidação de um veículo de comunicação popular que possa dar voz a toda a diversidade de propostas.

Como metodologia utilizou-se da pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica e entrevistas. O trabalho deu enfoque ao processo de implantação de um veículo de comunicação popular, a partir de encontros que proporcionaram momentos de construção e reflexões conscientes, levando até aos assentados toda a forma e aprendizado, para a elaboração de seu próprio veículo de comunicação popular.

Conceitos e Práticas de Comunicação Popular

A comunicação popular é uma área de estudos localizada no campo da Comunicação que se fortalece na função educativa e de ações organizadoras das classes subalternas. É uma tentativa de rompimento com o modelo da comunicação vertical. A comunicação popular é uma proposta baseada conforme os princípios de uma comunicação horizontal, idealizada por pensadores da Escola Latino-Americana de Comunicação, como Luiz Ramiro Beltrán e Mário Kaplún.

Os estudos em comunicação popular aparecem no Brasil de forma mais expressiva por volta das décadas de 70 e 80 e este novo fenômeno trouxe uma contribuição para o entendimento da comunicação social como um todo, pois, através da comunicação popular se pode ir além do processo clássico “emissor – mensagem – receptor”. Modelo que pressupõe uma noção mecânica de comunicação como mera transmissão de informação de fontes ativas e receptores passivos, onde destinatário da mensagem está submetido ao papel de apenas escutar e obedecer. Neste modelo, o receptor nunca terá a liberdade de atuar como emissor. Desta forma, a comunicação se faz em uma relação vertical e quase autoritária. Uma maneira antidemocrática de comunicação.

Beltrán observa que:

Esses modelos baseiam-se [...] na noção errônea de que a comunicação é um ato, um fenômeno estático no qual a fonte é privilegiada [...] Os modelos finalmente induzem à confusão entre informação, que pode ser transferida mediante ato unilateral, e comunicação, diferente e mais ampla que informação. (apud in COGO, 1998: 27)

4

Beltrán sugere um novo conceito, mais humanizado, democrático e não mercantilista onde o receptor deixa de ser passivo para atuar também como emissor e vice e versa, rompendo, assim, o modelo clássico.

O educador brasileiro Paulo Freire participa também como um dos grandes inspiradores da corrente latino-americana de comunicação, muito mais crítica, participativa e democrática, onde se dá voz aos excluídos. Freire busca na teoria da comunicação dialógica e libertadora a superação de uma educação bancária. Na educação bancária, segundo o autor, se evidenciam os princípios de dominação, de domesticação e alienação transferidas do opressor para o oprimido através do conhecimento dado, imposto, alienado. Nesta relação entre o opressor sobre o oprimido é negada a possibilidade de formação de sujeitos ativos, críticos e não domesticados.

A teoria da comunicação dialógica e libertadora proposta por Freire supera o modelo de educação bancária – mera transmissão de informação – e se coloca como grande chave para o entendimento e a construção de uma proposta de comunicação. Nesta teoria, a prática libertadora é acima de tudo conscientizadora. Ajuda conhecer a

realidade e busca transformá-la. O emissor e receptor aprofundam seus conhecimentos em torno do mesmo objeto para poder intervir sobre ele. Neste sentido, quanto mais se articula o conhecimento frente ao mundo, mais os emissores/receptores se sentirão desafiados a buscar respostas, e conseqüentemente, mais serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora frente à realidade. A ação que pode e deve ser muito mais que um processo de treinamento ou domesticação. Um processo que nasce da observação e da reflexão e visualiza a ação transformadora.

Este novo modelo de comunicação idealizado pelos pensadores latino-americanos se constitui em um processo significativo que é compartilhado por sujeitos entre si numa comunicação de igualdade. Quando mais intensa for a comunicação, maior será a interação e mais livres serão as pessoas envolvidas. Diferencia-se do tradicional, pois exclui a dependência dominadora que inclui a relação de dominação de quem tem o poder sobre o oprimido. A comunicação passa a ser dividida entre as pessoas, como comunhão e os locutores passam a ser emissores e receptores em uma relação de troca horizontal onde podem reagir perante a mensagem recebida e também gerar suas próprias mensagens, transformando a realidade conhecida.

Falar em povo, em comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, na qual este estudo quer abordar, é se referir a classes subalternas, submissas e exploradas às classes dominantes. Assim, comunicação popular significou uma comunicação do povo e com ele relacionado, comprometido com a mudança social e a transformação. Uma comunicação envolvida com as classes subalternas, realizada num processo de conflito interclasses e intraclasse.

Historicamente o adjetivo popular denotou tratar-se de “comunicação do povo”, feita por ele e para ele, por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência. (PERUZZO, 2006: 2)

A comunicação popular desenvolveu-se basicamente no contexto da luta de classes, em um processo de conscientização e organização das ações. Tem conteúdo crítico, denuncia as condições gerais de vida, reivindica o acesso aos bens de consumo coletivo, faz oposição às estruturas de poder que reforçam as desigualdades. É um espaço de expressão democrática, na metodologia e no conteúdo. Sua investigação vai

além do estudo do meio comunicativo em si, pois, alcança resultados na dinâmica social em que está inserido.

O crescente interesse nesta linha de estudos nas últimas décadas é devido à projeção de várias pesquisas com enfoque para a construção da cidadania e também pela consolidação do chamado Terceiro Setor, principalmente com a multiplicação das organizações não governamentais (ONGs). Cada vez mais podemos perceber as práticas de comunicação popular presentes em qualquer iniciativa não governamental, tomada no campo do desenvolvimento sociocultural de comunidades.

Percebe-se que o trabalho da comunicação popular está cada vez mais integrado com outras áreas do conhecimento, como também, com os setores populares. O desenvolvimento de uma ação em comunicação popular deve ter caráter político de luta de classes e de resistência à classe dominante. É um fenômeno do povo ou a ele relacionado, comprometido com a mudança social e a transformação deste em sujeito histórico.

O campo da comunicação popular atua como intervenção na construção da formação de sujeitos sociais ativos e críticos. A comunicação popular trabalha em dar recursos para que as pessoas atingidas por ela criem uma identidade própria utilizando-se de sua cultura como modo de fortalecer-se diante do poder atual, fazendo com que estes sujeitos ganhem uma nova forma de vida própria e se percebam como cidadãos inseridos e participantes de sua comunidade.

A inserção de pessoas em um processo de comunicação onde elas podem tornar-se sujeito ativo deste processo ajuda a elas educar-se através de seu engajamento em atividades concretas dentro de novas relações de sociabilidade que o ambiente permite que sejam construídas.

Conforme Peruzzo:

“A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjadas, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende agregar-se novos elementos a sua cultura”. (PERUZZO, 2001, p.121)

Ainda de acordo com pesquisadora:

“Os meios de comunicação comunitária oferecem um potencial educativo enquanto processo e também pelo conteúdo de mensagens que transmitem. Por seus conteúdos podem dar vazão a socialização do legado do histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos de estrutura do poder (compreender melhor as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais”. (PERUZZO, 2001, p.121)

Propor projetos na área da comunicação popular é mostrar através da prática desenvolvida no contexto das classes subalternas, avançar na construção teórica de novos paradigmas referentes à importância da comunicação popular no processo educacional para a cidadania e para uma sociedade igualitária. O simples ato de abrir os microfones para o outro se comunicar proporciona espaço para que sua voz, sempre censurada pelos grandes meios de comunicação, possa ser ouvida e, a partir dela, compartilhe suas experiências, mostre suas realidades, lute para construir o novo. No Brasil, os movimentos sociais representam esta luta pelo novo. Eles expressam interesses coletivos e buscam transformar o sistema em uma estrutura mais democrática, onde todos possam competir de maneira igual pelo seu lugar.

O MST, por exemplo, faz uso da comunicação para mobilizar e informar seus integrantes. Eles produzem o jornal e a revista Sem Terra, mais cartilhas, folder, boletins informativos etc. Todo este material, que sai do setor de Comunicação é distribuído para suas Secretarias Estaduais e repassado aos integrantes do movimento. Porém, a pesquisa notou, que nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, foco principal do estudo, não há uma produção de comunicação popular, que poderia ser feita de instrumentos simples e de baixo custo ou, até mesmo, de veículos de maior alcance, como a rádio ou a TV comunitária.

O estudo verificou, em análise bibliográfica, que a prática da comunicação popular tem contribuído para democratizar a informação e conscientizar e mobilizar a população oprimida em torno de soluções para os problemas vivenciados em comum. A partir disso, partiu o desejo de na prática contribuir para fortalecer a comunicação popular nos assentamentos rurais.

No entanto, como bem demonstrou Paulo Freire no livro *Extensão e Comunicação* (FREIRE, 1992), o projeto não pode ter o caráter extensionista de o facilitador levar o conhecimento e simplesmente despejar em cima dos oprimidos, como um ato civilizatório. Pelo contrário, o projeto precisa ser uma prática comunicativa, onde o facilitador troca experiências com os oprimidos - a ele ensina e com ele aprende. É por este caminho que se tentou seguir a pesquisa.

A investigação optou então por ser uma pesquisa-ação, intencionada à uma transformação participativa, em que os sujeitos e pesquisador - neste caso utilizar-se-á a denominação facilitador - interagem na produção de novos conhecimentos. Cabe ao facilitador, a tarefa de compreender os sentimentos do grupo com o qual trabalha, aceitá-los e construir a partir daí. É ele quem faz a ponte entre as experiências do grupo e os saberes externos da teoria e da técnica e ajuda o grupo a ampliar seu conhecimento.

A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas e reuniões no assentamento escolhido entre os meses de julho a outubro de 2007. Estas reuniões aconteciam em intervalos de 15 em 15 dias normalmente. Estes espaços eram em razão de tanto o facilitador quanto os assentados executarem as tarefas definidas nas reuniões. Optou-se neste estudo em preservar a identidade dos entrevistados/assentados por conta do Pontal do Paranapanema ser uma área de conflito e integrantes do assentamento fazerem parte da militância do MST. Assim usar-se-á (M) quando o entrevistado for do sexo masculino e (F) para o sexo feminino.

Cada reunião era discutida um tema entre as pessoas presentes e no final, era escolhido um tema da próxima reunião. Por exemplo, se discutia ser a rádio seria legalizada ou não e neste caso, cabia ao facilitador recorrer a fontes para trazer informações sobre o tema proposto e, aos assentados, levantar junto a comunidade algumas prioridades ou necessidades que a rádio comunitária poderia atender, além das dúvidas.

Assim, todos os assuntos eram debatidos de forma coletiva para se seguir no caminho da implantação da rádio comunitária. Este processo se mostrou interessante na medida em que as decisões foram todas tomadas de forma democrática entre o grupo e contou com a participação e o comprometimento de todos em torno do projeto.

Primeiros Contatos e Intervenções

A primeira conversa com alguns assentados aconteceu na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, onde se falou, brevemente e de maneira informal, sobre a utilização de veículos de comunicação popular. Partiu deles, o convite para uma visita ao assentamento Rodeio, localizado na rodovia Olímpio Ferreira da Silva, Km 24, distrito de Nova Pátria, município de Presidente Bernardes, região do Pontal do Paranapanema (interior de São Paulo).

Não houve critérios para a escolha do entrevistado ou depoente - foi feito um convite para que fossemos ao assentamento. O primeiro encontro aconteceu na casa do agricultor M1, onde se observou que ele era o líder do movimento naquele assentamento. Na ocasião foi detalhado pelo facilitador sobre os tipos de veículos de comunicação popular que poderia ser instalado no local e as vantagens e desvantagens de cada um. Alguns assentados que participavam desta reunião manifestaram a vontade de montar uma rádio comunitária que servisse, a princípio, de experiência-laboratório, para que fossem instaladas outras na região do Pontal.

Os assentados recusaram outros meios de comunicação popular como jornal, jornal-mural, zine e radioposte, pois alegaram a dificuldade de distribuição destes materiais e a falta de interesse dos assentados em lerem. Sobre a radioposte, consideraram a experiência interessante em se tratando de acampamentos, mas no assentamento onde a área é bem maior, a radioposte não correspondia às expectativas. Assim, a rádio comunitária tinha a vantagem de maior abrangência e seria um canal para os militantes produzirem programas de informações voltados a realidade deles.

Outro fator que foi decisivo pela escolha da rádio é que em outra época, a coordenação regional do MST tentou instalar uma rádio comunitária em um assentamento da região, no entanto, o projeto não foi para frente por falta de informação das pessoas envolvidas. “Tínhamos todo o equipamento da rádio, mas faltava uma pessoa qualificada que nos conduzisse nesta empreitada. Infelizmente não avançamos muito e logo abandonamos a ação”, conta M1

Escolhido pelos próprios assentados, o veículo de comunicação popular a ser desenvolvido passou-se para o objetivo deste estudo, que é analisar os processos de implantação de um veículo de comunicação popular em assentamento rural. Neste caso, em específico, a implantação de uma rádio comunitária no assentamento Rodeio.

Na segunda reunião foi passado o filme *Uma Onda no Ar*, do diretor Helvécio Ratton, que conta a história da Rádio Favela de Belo Horizonte, uma rádio pirata, construída por um grupo de amigos, que entrava no todos os dias no horário do programa estatal *A Voz do Brasil*. A intenção era que a comunidade percebe-se como é tortuoso o caminho para ter uma rádio comunitária e como ela deveria atuar a serviço da comunidade. O número de pessoas presentes nesse encontro era bem maior que no anterior, devido à ação de alguns militantes que transmitiu aos companheiros do assentamento sobre o projeto de implantar a rádio.

Com este filme, os assentados perceberam a dificuldade de montar uma rádio comunitária, os problemas que isto poderia trazer ao assentamento, como por exemplo, a chegada da polícia para prender os responsáveis e quebrar todo o equipamento. No entanto, como bem posicionou M1: “Este será mais um problema entre tantos outros que a gente já enfrente em nossa luta”.

Na terceira reunião debateu-se se a rádio seguiria o caminho da legalização ou encampasse a luta das rádios livres - temas sugeridos na pauta anterior em decorrência do filme. Neste encontro, o facilitador explanou para os presentes as características de cada tipo de transmissão. Contou a história e algumas experiências em que a classe popular utilizou do uso da rádio. Apresentou-se também: a cartilha do Ministério da Comunicação sobre “O que é uma rádio comunitária”, todos os 16 formulários que precisam ser preenchidos e enviados ao Ministério para participar da seleção e uma lista de documentos necessários.

O grupo ficou bastante dividido em relação a que caminho trilhar. Os militantes mais revolucionários queriam a radiotransmissão livre, os mais cautelosos preferiam a legalidade. Optou-se em organizar as diretrizes da rádio e seguir refletindo entre a legalização ou clandestinidade. Esta atitude foi interessante na medida em que, enquanto ia organizando as diretrizes da rádio, possibilitou um melhor entendimento em relação a legalização ou não da emissora.

No quarto encontro, as discussões atentaram sobre o artigo de um militante e pesquisador do movimento de rádios comunitárias, Bruno Lima Rocha Beaklini e a entrevista realizada junto ao coordenador Nacional da Associação Nacional de Rádio Comunitária (ABRAÇO), Jerry Alexandre de Oliveira, para orientar de como deveria se comportar para atender as necessidades da comunidade. Por meio do artigo do militante e pesquisador Bruno Lima Rocha Beaklini, compreendeu-se que a estrutura de funcionamento da emissora deveria ser democrática, que permitisse a participação das pessoas envolvidas na rádio e também de todos os integrantes da comunidade.

A entrevista do coordenador Nacional da ABRAÇO, Jerry Alexandre de Oliveira, contribuiu para compor a estrutura da emissora. Oliveira comenta em sua entrevista que a rádio comunitária deve constituir um espaço de convivência da comunidade para a realização e produção de atividades culturais, artísticas, sociais e políticas. Para isso, deveria comunicar valores da cultura popular e contribuir para formar uma identidade que represente a comunidade e que as pessoas dessa comunidade se sintam representada por ela.

Com essas discussões decidiu-se que a emissora seria de propriedade da comunidade e serviria seus interesses reais. Além de entretenimento, divulgação das manifestações culturais promovidas pela comunidade, ela auxiliaria para a educação. Os militantes iam buscar uma aproximação da rádio com a Escola Estadual Educador Paulo Freire, situada no assentamento. A escola atende de pré a 4ª série do ensino fundamental, mais o EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A administração da emissora seria de forma coletiva, onde toda a comunidade teria o direito de participar e expressar suas opiniões. A rádio também não expressaria opiniões religiosas, porém, caso abrisse exceção para alguma das cinco igrejas existente no local, teria que dar espaço para todas as outras. Espaço para políticos também foi vetado.

A quinta reunião pautou-se em cima da programação da emissora. De forma unânime decidiu que a programação não seguiria os modelos das rádios comerciais. Seria feita de maneira simples, pelos próprios assentados e direcionada para a realidade deles. “Podemos fazer algo simples e legal que fale da gente, de coisas que são importantes para nós no nosso dia-a-dia”, relatou o agricultor M2.

Decidiu-se que a programação buscaria características próprias para valorizar a identidade local - do homem do campo. Seria discutida coletivamente pela comunidade para que todos fossem representados democraticamente. Evitaria as músicas comerciais que tanto toca nas emissoras destinadas ao capital, e abriria espaço para artistas e músicos da comunidade e de outros da região para divulgar seu trabalho.

A qualificação de pessoas para atuar na programação (produtores populares) da emissora será feita por conta de oficinas realizadas por profissionais qualificados em forma de colaboração. Essas oficinas terão o papel de melhorar a programação, passando conhecimento técnico para que se possa produzir com o pouco custo algo que atenda as necessidades locais.

As oficinas devem acontecer com periodicidade (uma ou duas vezes ao ano) para qualificar outras pessoas da comunidade que queiram participar da programação. Esta ação estimula a participação de novos produtores e evita que a emissora fique concentrada apenas na mão de um único grupo.

Na sexta reunião a conversa trouxe a tônica de como a emissora se sustentará. Para montar uma rádio comunitária e fazer os seus programas têm um custo. Assim foi determinado que as pessoas participassem da equipe de forma voluntária. O custo com o material não vai ser necessário, como o MST em outra época tentou instalar uma rádio comunitária na região e não deu certo, os aparelhos foram guardados e serão cedidos para ser utilizado nesta experiência e, a emissora se sustentará pela contribuição da comunidade, atividades culturais para arrecadar apoio financeiro e apoio cultural de associações e cooperativas existentes no assentamento.

Avaliação dos Dados

As questões levantadas no quinto e sexto encontro vão de acordo com as orientações do Ministério das Comunicações para a instalação de uma rádio comunitária. Não houve divergência em relação a programação, manutenção e para quem seria destinada a rádio. A comunidade entende a importância do veículo e não tem intenção de fazer dele um modelo para o capital. Ao contrário, a intenção é ter um veículo realmente democrático em que qualquer cidadão da comunidade beneficiada

terá o direito de emitir opiniões e manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

As duas últimas reuniões foram para resolver a questão quanto a legalização ou não da rádio. Enquanto aconteciam os encontros anteriores, os assentados se organizaram entre eles para montar a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Assentamento Rodeio, a fim de buscar a outorga de funcionamento. Criaram um estatuto de funcionamento da emissora. E, tentaram preencher os todos os 16 formulários e providenciar a lista de documentos necessários para se encaminhado junto ao Ministério. Porém não chegou a ser registrado.

Este exercício mostrou o quanto é burocrático o processo para conseguir a outorga e inviável em se tratando de uma emissora no meio rural. Todos os formulários para preencher são para uma rádio no meio urbano. Assim boa parte dos formulários não dava para ser respondidos, ou não atendia as exigências do Ministério. O Ministério das Comunicações não tem uma lei específica para o campo, portanto, dificilmente seria aceito o processo ou ficaria anos e anos há espera para ser outorgado.

As rádios comunitárias têm muitos problemas na tentativa de se regularizar, os processos chegam a esperar por 10 anos por uma licença. Desde que a prática da radiodifusão comunitária foi legalizada, em 1998, já houve cerca de 20 mil pedidos de autorização de rádios comunitárias, até agora apenas cerca de 3.652 autorizações haviam sido concedidas. Dados de 2007 do Ministério das Comunicações apontam 7.559 processos arquivados e 3.536 indeferidos. O restante ainda tramita.

O assentamento rural Rodeio onde se desenvolveu a pesquisa tem cerca de 65 famílias assentadas, em uma área de 1.861,39 hectares e foi implantado em março de 1997. Possui uma considerável diversidade econômica nos gêneros produzidos para a comercialização, mas vem do leite e da mandioca a sua força, de modo que a principal fonte de renda dos trabalhadores assentados está centrada basicamente nesses produtos.

O assentamento Rodeio está localizado no Pontal do Paranapanema, região marcada pelos intensos conflitos de terras e pela forte intervenção do governo estadual na promoção de assentamentos rurais. O município de Presidente Bernardes tem uma população de cerca de 15 mil habitantes e conta com seis projetos de assentamentos de

reforma agrária: Palu, Santa Eudóxia, Florestan Fernandes, Quatro Irmãs, Santo Antônio e Rodeio. A intenção dos assentados é que futuramente todos esses assentamentos pudessem também construir sua rádio comunitária e, planejando ações mais audaciosas, estes pudessem transmitir em rede (o que é proibido pela lei de telecomunicações que as rádios comunitárias transmitam em rede - entretanto, essa prática é permitida para as grandes rádios capitalizadas).

O assentamento localiza-se em local isolado de centros urbanos. A cidade de Presidente Bernardes fica em torno de 40 km de distância. Outras cidades, como Mirante do Paranapanema, Nova Pátria (distrito de Presidente. Bernardes), Pirapozinho, Teodoro Sampaio e Tarabai estão até mais próximas que a cidade sede do município. Porém, dificilmente, uma rádio comunitária, instalada no assentamento, irá causar interferência nas emissoras dessas cidades. E, se o medo é derrubar avião, como gosta de noticiar erradamente a grande mídia, o aeroporto mais próximo fica em Presidente Prudente, a cerca de 70 Km do projeto.

Ou seja, percebe-se que pela posição geográfica uma rádio comunitária instalada no assentamento Rodeio não traria problemas de interferência. A geografia do local permite também outra observação: o assentamento rodeio ocupa uma área de 1.861,39 hectares - lembrando que um hectare corresponde a 10.000 metros², já o serviço de Radiodifusão Comunitária, criado pela Lei 9.612, deixa claro que a radiodifusão comunitária tem que ser operada em baixa potência (25 Watts) e cobertura restrita a um raio de um quilometro a partir da antena transmissora.

Uma solução para isso seria instalar a rádio na Agrovila do assentamento. A Agrovila é um projeto do MST de implementação de microcidades em assentamentos rurais com uma infraestrutura que permita a interação entre o homem, trabalho e meio ambiente. Conforme os militantes, as agrovilas funcionam como pequenas cidades com infraestrutura básica, como saneamento, posto médico, escola, etc. Além disso, haveria espaço para esporte, lazer e atividades culturais.

No assentamento Rodeio, cada família assentada possuiu um lote de um hectare na Agrovila e outro lote maior de 17 a 22 hectares para o cultivo. Porém, conforme explica o assentado e agricultor M3, no assentamento, por conta da criação de gado leiteiro, muito dos assentados preferem ficar nos lotes, o que deixou as agrovilas

com poucas casas. “A intenção da agrovila é de integrar a comunidade, mas a criação de gado toma muito tempo do assentado, assim muitas famílias preferem ficar perto do trabalho“, esclarece um assentado. Sendo assim, inviabiliza a instalação da emissora comunitária legalmente registrada na Agrovila.

Foram várias as dificuldades enfrentadas para instalar uma rádio comunitária legalmente instalada. Muita burocracia e falta de uma legislação específica atrapalharam o processo. Assim, a comunidade decidiu que o caminho seria o da desobediência civil e a transmissão livre, até que se crie uma lei mais apropriada para o campo. A desobediência civil é um exercício de cidadania quando se está à margem da lei.

O juiz federal Paulo Fernando Silveira explica que é um método de oposição e resistência pacífica ou violenta a um poder político (seja o Estado ou não), geralmente tido como opressor. É um conceito formulado originalmente por Henry David Thoreau nos Estados Unidos - sobre o argumento de que o Estado tinha que aprender a respeitar o indivíduo como valor máximo - e aplicado com sucesso por Mahatma Gandhi no processo de independência da Índia do domínio Inglês.

Conforme Silveira, a resistência civil muitas vezes acontece quando o governo extrapola seus limites constitucionais e age arbitrariamente, oprimindo o povo por leis injustas. Quando ocorre essa situação por longo tempo, não solucionado pelo processo político ou pela oportuna intervenção do poder judiciário, acontece de duas uma: ou o povo aceita a dominação ou o se rebela, pelo exercício de cidadania começando pela desobediência civil e culminando na revolução civil. Verifica-se, a partir da visão histórica, que a desobediência civil, em certa medida, é altamente salutar, pois ajuda o governo a redirecionar sua equivocada rota e, também, retira a sociedade da inércia em que se encontra. (SILVEIRA, 2001: 29)

Conseguir a licença de funcionamento não é garantia alguma de estar livre de repressão ou lacre a qualquer momento, a própria legalização coloca fortes entraves junto a emissora. Ao término dos encontros realizados no assentamento Rodeio ficou definido pelo grupo que a rádio comunitária será de total uso da comunidade de forma que qualquer morador terá o direito de ter voz na emissora. A programação vai dar oportunidade para à difusão das ideias e elementos da cultura e tradições da própria comunidade. Também buscará prestar serviços de utilidade pública e incentivar a

participação das pessoas na programação e promover debates objetivando avanços de projetos comunitários. Poderá participar das atividades da emissora qualquer pessoa, independente de cor, raça sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica e orientação política.

A rádio comunitária será independente em relação aos partidos políticos, ao Estado e ao Poder Econômico. Vai contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do Direito de Comunicar. Também procurará manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de radiodifusão comunitária existentes no Brasil.

Silveira traz uma contribuição quando o assunto é a rádio comunitária no campo. Ele relata que a precária comunicação estabelecida no meio rural deixa o homem do campo mal informado e com um baixo nível de educação. Silveira entende que o homem do campo, enquanto cidadão, como pessoa bem informada, capaz de defender os seus direitos, torna-se habilitado a tomar as decisões políticas (como o voto) de maneira livre, consciente, responsável, sem subordinação aos coronéis que mandam naquele território.

“Não se informam por nenhum veículo de comunicação no campo, mesmo porque somente as rádios comerciais, de alta potência, situadas em cidades grandes, distantes, conseguem irradiar suas ondas sonoras de modo a alcançar as zonas rurais dos pequenos Municípios“. (SILVEIRA, 2001, p. 232)

O uso de rádios comunitárias no campo abre espaço para democratizar ainda mais a informação. As áreas mais afastadas tomarão conhecimento dos acontecimentos locais, deles participando com suas ideias e opiniões, como todos os cidadãos. É importante que o homem do campo esteja tão engajado quanto o homem da cidade nos debates públicos.

Para a técnica agrícola F1, a implantação de uma rádio comunitária no assentamento pode beneficiar principalmente a população jovem. F1 trabalha no assentamento com a pastoral da juventude e luta para diminuir o êxodo de jovens do campo para a cidade. Ela conta que muitos jovens ainda migram para a cidade em busca de condições de vida melhor e nem sempre conseguem isso e acabam voltando.

A implantação de uma rádio comunitária é uma ótima ideia. A rádio pode ser um espaço para gente incentivar a participação, informar as pessoas e lutar por políticas públicas. Trazer esses veículos de comunicação da cidade para o campo ajuda a desmascarar a ideologia de que a cidade é melhor que o campo. (F1, entrevista colhida em outubro de 2007)

O agricultor M3 declara que o assentamento tem uma carência muito grande de informação e a rádio ajudaria para resolver este problema. Boa parte das informações que chegam até eles vem dos grandes veículos de comunicação e colocam sempre os assentados com os grandes vilões da reforma agrária.

A proposta de implantação da rádio é muito boa. As pessoas com quem tenho conversado aqui no assentamento estão bastante animadas com a possibilidade de montarmos a rádio. Com as reuniões pude perceber a importância de um veículo desses em nossa comunidade. As rádios comerciais não tráz coisas importantes para nós, relacionada com a nossa realidade. (M3, entrevista colhida em outubro de 2007)

Percebe-se com a pesquisa que as rádios comunitárias surgem com um enorme potencial de democratização na medida em que permite a participação das pessoas da comunidade em noticiar, debater, divulgar ideias e estar junto de todo o processo de gestão da emissora. Praticar a liberdade de expressão ajuda a romper as barreiras de domínio imposta por uma elite dominante que controla os grandes meios de comunicação de massa no país. São eles que não querem dar mais liberdades para as ondas.

Ao contrário, querem impedir a proliferação das rádios comunitárias para se manter exclusivamente como grupo dominante. Uma vez que a rádio comunitária permite o livre acesso à informação sobre as suas variadas formas, sem deturpações e não fica refém de apenas uma visão do fato. Essa variedade de posições ajuda o indivíduo a tecer uma visão mais crítica.

Ela também introduziria diversos fatores ligados ao desenvolvimento regional, facilitaria campanhas de saúde, auxiliaria na educação e favoreceria o comércio local na medida em que os comerciantes pequenos consigam fazer propaganda de seus produtos, pagando um preço abaixo das grandes emissoras.

Para finalizar, em um país com grandes extensões de terra como o Brasil, existem milhares de comunidades rurais isoladas e sem algum tipo de veículo de

comunicação que fale de seus problemas. As rádios comunitárias por sua mobilidade e amplitude poderiam atender a necessidades dessas pessoas. Enquanto não se tem uma legislação específica para o campo e a lei continua arbitrária para o urbano a solução seria o livre exercício de transmissão pela desobediência civil.

Considerações Finais

Este artigo mostra o processo de implantação de uma rádio comunitária em um assentamento rural, onde a comunidade e o facilitador interagiram em direção de um projeto democrático de comunicação que favorecesse a participação e representasse os anseios dos assentados.

Outras fases da montagem de uma emissora comunitária não foram acompanhadas neste estudo. Ficarão para outras futuras pesquisas. O facilitador se faz presente no projeto até onde se define as estruturas e as direções que a emissora irá tomar. Após isto, ficou por responsabilidade da comunidade em colocar o projeto em prática, ou seja, ocupar mais um espaço no dial, de forma livre, até que a lei de radiodifusão incorpore elementos que sejam possíveis para o meio rural, como foi definido.

Em um projeto de comunicação popular, a comunidade é o motivo e razão central de sua existência. Por isto, necessariamente, a construção deste veículo que tem que estar em harmonia com a comunidade em que se insere. Assim, todo momento o “outro” teve aqui o seu espaço garantido - desde a escolha do veículo a ser desenvolvido até a última determinação.

Entende-se neste projeto, o assentamento rural como comunidade por ter observado que há um sentimento de pertencimento ao local pelas pessoas ali assentadas. Percebe-se ali uma lógica baseada na dimensão do cotidiano, da vizinhança, dos sentimentos de comunidade - formas de cooperação e socialização que estão cada vez mais desaparecendo e dando lugar a uma sociedade marcada pela tônica do individualismo.

Com as idas ao assentamento podem-se presenciar esses modos de vida e as relações sociais estabelecidas. O facilitador aprendeu com essa troca de experiência com

os assentados. Organizar a comunidade em torno de estruturar a rádio comunitária trouxe mais autonomia e garantiu a participação de todos em uma estrutura democrática. Também mostrou os caminhos tortuosos que são pensar em ações de comunicação para o meio rural, carente de políticas públicas neste país.

No balanço total da pesquisa foram realizados oito encontros no assentamento. As reuniões contavam com cerca de 10 a 15 pessoas. No começo sentiu-se um distanciamento e falta de interesse dos moradores, porém, depois de algum tempo passaram a encarar o projeto como algo realmente importante para a comunidade.

Os encontros visaram transmitir aos assentados informações sobre a importância de um veículo de comunicação comunitária que vai além de um informativo apenas que narra os fatos ocorridos no assentamento. A ideia era mostrar como este instrumento pode tornar-se elemento de integração social, de aprendizado, de educação popular e acima de tudo como meio de mobilização da comunidade.

Com isto, tenta-se mostrar, finalmente, neste estudo, que o veículo de comunicação popular se constitui em instrumento capaz de fortalecer o sentimento da cidadania, de identidade e de pertencimento social junto à comunidade que o produz. As reuniões realizadas foram fundamentais para suscitar reflexão e a observação dos desdobramentos deste tipo de iniciativa na sociedade.

Desenvolver um projeto de comunicação popular com respeito, determinação e democracia, onde as pessoas participam de sua elaboração, planejamento, discussões, estudos, e execução no atual estágio da sociedade contemporânea, marcada pela forte presença da mídia, possibilita fazer frente ao modelo econômico em que o número de excluídos parece cada vez maior. Portanto, ficou clara com esta pesquisa que a utilização dos instrumentos de dominação através da estrutura vertical imposta pelo sistema capitalista autoritário dificulta o diálogo – a comunicação de maneira plural.

Referências

- BEAKLINI, B. L. R; CABRAL, A. *O empoderamento popular por meio das rádios comunitárias: uma análise crítica*. 2006. Disponível em: <<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler02.php?idsecao=922050d4e7d85ffb0ce2211f87d218b7&&idtitulo=6cdace326048c1a0a88784e31c10100c>>. Acesso em agosto de 2007.
- COGO, Denise. *No ar uma rádio comunitária*. 1ª. ed. São Paulo: Paulinas, 1998.
- FESTA, R. e LINS, C. E. (orgs.) *Comunicação Popular e alternativa no Brasil*. São Paulo. Edições Paulinas, 1986.
- FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro. 10 ed. Paz e Terra, 1992
- MACHADO, A; MAGRI, C; MAZAGÃO, M. *Rádios Livres: a Reforma Agrária no Ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NUNES, M. A. M. *Rádios Livres: o outro lado da Voz do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP, 1995.
- PAIVA, R. *O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003.
- PAIVA, R.; SODRÉ, M. *O seqüestro da fala comunitária*. Rio de Janeiro: ECO-PÓS, 2003. Disponível em: <http://leccufrj.files.wordpress.com/2008/10/paiva_seqüestro_da_fala.pdf>. Acesso em fevereiro de 2009.
- PERUZZO, C. M. K. *Comunicação comunitária e educação para cidadania*. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, RS, v. 3, n. 1, p. 111-118, 2001.
- _____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- _____. *Participação nas rádios comunitárias no Brasil*. Versão ampliada de Paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife/PE, 9 a 14/09 de 1998. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em setembro de 2007.
- _____. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. Anais. São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM
- SILVEIRA, P. F. *Rádios Comunitárias*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.